

TABELA 5

RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante

Gestor responsável: Prefeito Dalton Perim

Exercício: 2015

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988 e o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, esse órgão de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando principalmente:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município de Venda Nova do Imigrante;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1. Procedimentos de controle adotados pela Unidade Central de Controle Interno

1.1 Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA

Código	Ponto de Controle	Base legal	Procedimento	Visto*
	LDO – compatibilidade com Plano Plurianual.	CRFB/88, art. 165, §1º	Avaliar se as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas na LDO estiveram compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.	SIM
	LDO – limitação de empenho	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “b”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada	SIM

			nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do §1º do art. 31, todos da LRF.	
	LDO – controle de custos e avaliação de resultados de programas	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.	NÃO
	LDO – condições para transferências de recursos a entidades privadas	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	NÃO
	LDO – Anexo de Metas Fiscais – Abrangência	LC 101/2000, art. 4º, §§1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	SIM
	LDO – Anexo de Metas Fiscais – conteúdo	Portaria STN nº 637/2012.	Avaliar se os demonstrativos que integram o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício foram elaborados em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	NÃO
	LDO – Anexo de Riscos Fiscais – abrangência	LC 101/2000, art. 4º, §3º	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.	SIM
	LDO – Anexo de Riscos Fiscais – conteúdo	Portaria STN nº 637/2012	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	NÃO
	Programação orçamentária – disponibilização de estudos e estimativas de receitas.	LC 101/2000, art.12, §3º.	Avaliar se o Poder Executivo colocou à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.	NÃO
	LOA – compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual	CRFB/88, art. 165, §7º.	Avaliar se os programas de governo, projetos e atividades previstos na LOA estiveram compatíveis com a LDO e PPA.	SIM
	LOA – demonstrativo da compatibilidade dos orçamentos com objetivos e metas da	LC 101/2000, art. 5º, inciso I	Avaliar se o demonstrativo de compatibilidade da programação orçamentária com os objetivos e metas estabelecidos no Anexo de Metas	SIM

	LRF		Fiscais, parte integrante da LDO, integrou a LOA aprovada para o exercício.	
	LOA – demonstrativo dos efeitos da renúncia de receita	CRFB/88, art. 165, § 6º, c/c LC 101/2000, art. 5º, inciso II.	Avaliar se o demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, bem como, das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado integrou a LOA aprovada para o exercício.	SIM (não houve casos)
	LOA – reserva de contingência	LC 101/2000, art. 5º, inciso III.	Avaliar se a LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO.	SIM
	LOA – previsão de recursos para pagamento de precatórios	CRFB/88, art. 100, § 5º	Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão da LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88.	SIM (não possui precatórios)
	LOA – vinculação de recursos.	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se a LOA foi aprovada e executada com as dotações de despesas vinculadas às respectivas fontes de recursos.	SIM
	LOA – programação financeira e cronograma de desembolso	LC 101/2000, art. 8º.	Avaliar se, após a publicação da LOA, foi estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.	NÃO
	Transparência na gestão	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único.	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.	SIM

* Informar “sim” para o ponto de controle avaliado e “não” para o ponto de controle que não foi objeto de avaliação pela unidade executora do controle interno

1.2 Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Visto*
	Anexo de Metas Fiscais – cumprimento de Metas Fiscais	LC 101/2000, art. 9º	Avaliar se, após a identificação do descumprimento de meta fiscal ao final de determinado bimestre, em decorrência da não realização de receitas, foram adotadas as medidas de limitação de empenho e movimentação financeira, nos trinta dias subsequentes.	NÃO
	Instituição, previsão e execução de receitas.	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se foram instituídos, previstos e efetivamente arrecadados todos os tributos de competência do ente da Federação. As providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de	SIM

			recuperação de créditos em instâncias administrativas e judiciais, e os resultados alcançados.	
	Renúncia de receitas – estimativa de impacto orçamentário-financeiro	LC 101/2000, art. 14.	Avaliar se a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita foi acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, se atende ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e se observou as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 14, da LRF.	SIM (não houve casos)
	Renúncia de receitas – eficácia da concessão ou ampliação do incentivo.	LC 101/2000, art. 14, §2º	Existindo renúncia de receita cuja condição de equilíbrio tenha sido a adoção de medida de compensação, hipótese do inciso II, do artigo 14 da LRF, avaliar se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput do artigo 14, só entrou em vigor quando efetivamente foram implementadas as medidas de compensação.	SIM (não houve casos)
	Renúncia de receitas – legislação específica	CRFB/88, art. 150, §6º	Avaliar se a concessão de subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, foram concedidos mediante lei específica, estadual ou municipal, regulando exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.	SIM (não houve casos)
	Renúncia de receitas – resultados	CRFB/88, art. 37. Legislação específica.	Avaliar se os resultados obtidos em decorrência a renúncia de receitas, sob aspecto sócio-econômico, atenderem às justificativas apresentadas para sua concessão, as metas resultados esperados consignados nas leis que autorizaram os incentivos, bem como, se atenderam os princípios aplicáveis à administração pública consagrados no artigo 37 da CRFB/88.	SIM (não houve casos)
	Despesa pública – criação expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa – estimativa de impacto orçamentário – financeiro.	LC 101/2000, art. 16.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com conseqüente aumento da despesa, avaliar se os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário – financeiro no exercício e nos dois subseqüentes e se foram acompanhados por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve adequação e compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, com o PPA e com a LDO.	SIM (não houve casos)
	Despesa pública – criação expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento	LC 101/2000, art. 17, §3º.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de despesas de caráter continuado, avaliar se foram observadas as condições previstas no artigo 17, §1º da LRF e se os efeitos financeiros	SIM (não houve

	da despesa – afetação das metas fiscais		decorrentes do ato praticado não afetarão as metas fiscais dos exercícios seguintes e serão compensados por aumento permanente de receitas ou pela redução permanente de despesas	casos)
	Execução de programas e projetos	CRFB/88, art. 167, I	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na lei orçamentária anual.	SIM
	Execução de despesas – créditos orçamentários	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	SIM
	Execução de despesas – vinculação	CRFB/8, art. 167, inciso IV.	Avaliar se houve vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa em desacordo com o inciso IV, do artigo 167, da CRFB/88.	SIM
	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4320/64	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	SIM
	Créditos adicionais – decreto executivo	Lei nº 4320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais), autorizados por lei, foram abertos mediante edição de decreto executivo.	SIM
	Créditos orçamentários – transposição, remanejamento e transferências	CRFB/88, art. 167, inciso VI.	Avaliar se houve a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.	SIM
	Autorização orçamentária para cobertura de déficit	CRFB/88, art. 167, inciso VIII.	Avaliar se houve utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, §5º da CRFB/88.	NÃO
	Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza	CRFB/88, art. 167, inciso IX.	Avaliar se houve instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.	SIM
	Realização de investimentos plurianuais	CRFB /88, art. 167, §1º.	Avaliar se foram iniciados investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.	SIM
	Créditos extraordinários – abertura	CRFB/88, art. 167, § 3º	Avaliar se houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da CRFB/88.	SIM (não houve casos)
	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo foram transferidos pelo Poder Executivo até o	SIM

			dia 20 de cada mês em duodécimos.	
	Execução da programação financeira de desembolso.	LC 101/2000, art. 8º. Legislação específica – LOA	Avaliar a execução da programação financeira de desembolso e o seu comportamento em relação à previsão, bem como, se for o caso, as razões determinantes do déficit financeiro.	NÃO
	Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestação de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres emitidos por órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	SIM
	Transparência na gestão – execução orçamentária	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no art. 48-A da LRF	SIM
	Transparência na gestão – prestação de contas	LC 101/2000, art. 49.	Avaliar se as contas do chefe do poder executivo ficaram disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.	SIM
	Escrituração e consolidação das contas públicas	LC 101/2000, art. 50 e Resolução CFC nº 750/1993 c/c NBC-T 16	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF, os princípios fundamentais de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público.	SIM
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal – elaboração	LC 101/2000, arts. 52 a 55. Portaria STN nº 637/2012.	Avaliar se os demonstrativos fiscais que integram o RREO e o RGF foram elaborados em observância às normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.	SIM
	Prestação de contas anual – execução orçamentária	LC 101/2000, art. 58.	Avaliar se a prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo evidencia o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.	NÃO
	Limitação para custeio de despesas	LC 101/2000, art. 62.	Avaliar se o município contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação sem observar o que dispõe o artigo 62 da LRF.	SIM (não houve casos)
	Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedade de economia mista.	CRFB/88, art. 173, §2º.	Avaliar se houve concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista não extensivos ao setor privado.	SIM (não houve casos)

* Informar “sim” para o ponto de controle avaliado e “não” para o ponto de controle que não foi objeto de avaliação pela unidade executora do controle interno

1.3 Gestão patrimonial

Código	Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Visto*
	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c §3º, do artigo 164 da CRFB/88	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	SIM
	Disponibilidades financeiras – RPPS – contas específicas	LC 101/2000, art. 43, §1º.	Avaliar se as disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência social foram depositadas em contas específicas do Instituto de Previdência. Havendo criação de fundos específicos, avaliar se os recursos estão sendo mantidos e aplicados em seus respectivos fundos.	NÃO (não temos RPPS)
	Disponibilidades financeiras – RPPS – limites e condições de proteção e prudência nas aplicações.	LC 101/2000, art. 43, §1º. Lei 9.717/1998, art. 6, inciso IV. Resolução CMN nº3.922/2010.	Avaliar se as aplicações financeiras dos recursos depositados nas contas específicas dos fundos de previdência observaram os limites e condições de proteção e prudência financeira de mercado e, em especial, seguindo as determinações do Conselho Monetário Nacional.	NÃO (não temos RPPS)
	Disponibilidades financeiras – RPPS – vedações	LC 101/2000, art. 43, §2º	Avaliar se as vedações especificadas no §2º, do artigo 43, da LRF, foram observadas, quando da aplicação das disponibilidades financeiras do RPPS.	NÃO (não temos RPPS)
	RPPS – registro contábil provisões matemáticas	Lei 4.320/1964, art. 100, c/c Resolução CFC nº 750/1993, arts. 6º e 10, c/c Portaria MPS 21/2013 e correlatas.	Avaliar se as provisões matemáticas do Regime Próprio de Previdência estão sendo objeto de registro contábil.	NÃO (não temos RPPS)
	RPPS – equilíbrio financeiro e atuarial.	CRFB/88, art. 40.	Avaliar, nos institutos próprios de previdência social onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do regime próprio de previdência.	NÃO (não temos RPPS)
	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.	SIM
	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	CRFB/88, art. 100. Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Resolução CFC nº 750/1993, arts. 6º e 10.	Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	SIM (não há precatórios)
	Dívida pública – precatórios – pagamento	CRFB/88, art. 100 Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	SIM (não há precatórios)

	Evidenciação de resultados – consolidação	Lei 4.320/1964, art. 85. LC 101/2000, arts. 50 e 51. Portarias STN nº 72 e 437/2012.	Verificar se os demonstrativos contábeis consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras que integram o ente da federação, inclusive estatais dependentes e consórcios públicos.	SIM
--	---	--	---	-----

* Informar “sim” para o ponto de controle avaliado e “não” para o ponto de controle que não foi objeto de avaliação pela unidade executora do controle interno

1.4 Limites constitucionais e legais

Código	Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Visto*
	Despesas com pessoal – abrangência.	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se refere à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	NÃO
	Despesas com pessoal – limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	SIM
	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	NÃO
	Despesas com pessoal – aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato – nulidade do ato	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	SIM (não é o caso)
	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	SIM
	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências	LC 101/2000, art. 23.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 foram adotadas.	SIM
	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	CRFB/88, art. 169, §1º	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as	NÃO

			empresas públicas e as sociedades de economia mista.	
	Despesas com pessoal – medidas de contenção	CRFB/88, art. 169, §§3º e 4º.	Havendo extrapolação dos limites prudencial e máximo estabelecidos pela LRF para despesas com pessoal, avaliar se as medidas de contenção previstas no artigo 168 da CRFB/88.	SIM (não é o caso)
	Transferências voluntárias – exigências	Lc 101/2000, art. 25, §1º	Avaliar se houve realização de transferências voluntárias para outro Ente da Federação e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no §1º do artigo 25, da LRF foram observadas.	SIM (não houve)
	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	CRFB/88, art. 29-A, §2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no §2º do artigo 29-A da CRFB/88.	SIM
	Dívida pública – precatórios – integração na dívida consolidada	LC 101/2000, art. 30, §7º.	Avaliar se os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento que nele foram incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites estabelecidos pela Resolução nº40/2001 do Senado Federal.	SIM (não há precatórios)
	Dívida Pública – extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária – redução do valor excedente	LC 101/2000, art. 31. Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Avaliar se a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um quadrimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.	SIM
	Dívida pública – originalmente superior ao limite – redução do valor excedente	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso I.	Avaliar se a dívida consolidada líquida do Estado/município, no final do exercício de 2001 excedia os limites estabelecidos nos incisos I e II do artigo 3º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, respectivamente e, em caso positivo, verificar se o valor excedente está sendo reduzido à razão de 1/15 (um quinze avo) por exercício.	SIM
	Dívida pública – evidenciação no RGF	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso III.	Nos casos em que a dívida consolidada líquida do Estado/Município ultrapassou o limite e o valor excedente está sendo reduzido na forma do inciso I, do artigo 4º, avaliar se o limite apurado anualmente, após a aplicação da redução de 1/15 (um quinze avo) está sendo registrado no Relatório de Gestão Fiscal a que se refere o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000.	SIM
	Dívida pública – extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária – redução do valor excedente	Resolução nº40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso IV, alínea b.	Avaliar se o Estado/Município, mesmo não apresentando, no exercício de 2001, dívida consolidada líquida superior aos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, nos exercícios subsequentes a 2001 incorreram no descumprimento desses limites. Em caso positivo, avaliar se a regra do	SIM

			inciso I, do artigo 4º, está sendo aplicada a partir do exercício que ocorreu o descumprimento.	
	Operação de crédito – instituição financeira controlada	LC 101/2000, art. 36.	Avaliar se o Estado/Município realizou operação de crédito com instituição financeira estatal sob seu controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.	SIM
	Operação de crédito – instituição financeira controlada	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 17.	Avaliar se foi realizada contratação de operação de crédito em que seja prestada garantia ao Estado/Município por instituição financeira por ele controlada.	SIM
	Operação de crédito – vedações	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 5º.	Avaliar se o Estado/ Município contratou operação de crédito no exercício, estando impossibilitado de realizar tal operação em decorrência do descumprimento da regra estabelecida pelo artigo 4º da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	SIM
	Operação de crédito – vedações	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 5º.	Avaliar se o Estado/Município incorreu em qualquer das vedações previstas no artigo 5º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.	SIM
	Operação de crédito – despesas de capital	CRFB/88, art. 167, inciso III	Avaliar se houve realização de operações de crédito em valor superior ao montante das despesas de capital, apurado na forma estabelecida pelo artigo 6º, da resolução nº43/2001 do Senado Federal.	SIM
	Operações de crédito – limite global	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso I.	Avaliar se o montante global das operações de crédito realizadas pelo Estado/Município no exercício financeiro ultrapassou o limite de 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida.	SIM
	Operação de crédito – limite para amortizações, juros e mais encargos	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso II	Avaliar se o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não excedeu a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.	SIM
	Operação de crédito – concessão de garantias e contra garantias	LC 101/2000, art. 40.	Avaliar se houve concessão de garantias pelo Estado/Município a operações de crédito interno e externo. Existindo, verificar se foram observadas as condições estabelecidas no artigo 40 da LRF.	SIM
	Operação de crédito – concessão de garantias e contra garantias	Resolução nº43/2001 do Senado Federal, art. 18.	Avaliar se as exigências contidas no artigo 18, da Resolução nº43/2001 do Senado Federal foram observadas.	SIM
	Operação de crédito – concessão de garantias e contra garantias – limite	Resolução nº43/2001 do Senado Federal, art. 9º	Avaliar se o saldo global das garantias concedidas pelo Estado/Município não excedeu a 22% (vinte e dois por cento) da receita corrente líquida.	SIM
	Operação de crédito – cláusulas contratuais vedadas	Resolução nº43/2001 do Senado Federal,	Avaliar se foram incluídas cláusulas vedadas pelo artigo 20, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal nos	SIM

		art. 20	contratos relativos a operações de crédito firmados pelo Estado/Município.	
	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – exigências para contratação	LC 101/2000, art. 38, incisos I, II e III.	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, avaliar se foram observadas as exigências contidas nos incisos I, II e III, do artigo 38 da LRF.	SIM
	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – vedações	LC 101/2000, art. 38, inciso IV	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício nas situações vedadas pelo inciso IV, do art. 38, da LRF.	SIM
	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – limite	Resolução nº43/2001 do Senado Federal, art. 10.	Avaliar se houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, verificar se o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não excedeu o limite de 7% (sete por cento) da receita corrente líquida.	SIM
	Obrigações contraídas no último ano de mandato	LC 101/2000, art. 42.	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.	NÃO (não é o caso)
	Educação – aplicação mínima	CRFB/88, art. 212. Lei nº9.394/1996 (LDB), art. 69.	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.	SIM
	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	CRFB/88, art. 60, inciso XII do ADCT.	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 60% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.	SIM
	Educação – Pertinência	Lei nº 9.394/1996 (LDB), arts. 70 e 71.	Avaliar se as despesas consideradas como aplicação na manutenção e no desenvolvimento do ensino atenderam as disposições contidas nos artigos 70 e 71 da LDB, observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasse financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação.	SIM
	Saúde – aplicação mínima	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT, c/c LC	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%,	

		141/2012, arts. 6º e 7º.	respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012.	SIM
	Saúde – pertinência	LC 141/2012, arts. 3º e 4º.	Avaliar se as despesas consideradas como aplicação em ações e serviços públicos de saúde atenderam as disposições contidas nos artigos 3º e 4º da LC 141/2012, observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasse financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação.	NÃO

* Informar "sim" para o ponto de controle avaliado e "não" para o ponto de controle que não foi objeto de avaliação pela unidade executora do controle interno

Obs.: Devido a limitações de caráter técnico (como falta de estrutura e falta de pessoal), ao processo de implantação do Controle Interno e a não previsão no Programa Anual de Auditoria, esta Unidade Central não realizou todos os procedimentos de controle (evidenciados nos itens 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4 acima) durante o exercício de 2015. Além disso, muitas verificações não foram realizadas através de auditorias formais, mas sim através de análise de demonstrativos e verificações junto aos diversos setores.

2. Auditorias realizadas

Objetivando subsidiar a emissão do parecer final sobre as contas ora avaliadas, realizamos procedimentos de auditoria, seguindo o manual de procedimentos desta unidade de controle.

Na tabela a seguir, apresentamos os processos que foram objeto de auditoria:

Processo	Objeto	Constatações
O.S. nº 001/2015	Alimentação Escolar: Verificar in loco se os procedimentos relativos à alimentação escolar nas diversas unidades educacionais estão sendo realizados em conformidade com o disposto na Instrução Normativa do Sistema Educacional – SEC nº 001/2014	Resultado satisfatório com poucas irregularidades constatadas conforme quadro do item 3.
O.S. nº 002/2015	Patrimônio: Verificar se os bens imóveis adquiridos no período de janeiro a maio de 2015 foram devidamente registrado e inventariados no	Resultado satisfatório com poucas irregularidades constatadas conforme quadro do item 3.

	sistema de patrimônio conforme disposto na Instrução Normativa do Sistema de Controle Patrimonial – SPA nº 001/2014.	
O.S. nº 003/2015	Contabilidade – Relatório de Gestão Fiscal: Verificar se os procedimentos relativos à Geração e Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF referente ao primeiro semestre de 2015 está de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC101/2000) e com a Instrução Normativa do Sistema de Contabilidade – SCO nº 003/2014.	Resultado satisfatório.
O.S. nº 004/2015	Audiências Públicas: Verificar o cumprimento da Instrução Normativa do Sistema de Planejamento e Orçamento – SPO nº 004/2014 quanto à realização de audiências públicas para a elaboração de peças orçamentárias.	Resultado satisfatório.

3. Irregularidades constatadas

Dos procedimentos de controle e auditorias realizadas por este órgão central do sistema de controle interno, foram detectadas as irregularidades apresentadas na tabela a seguir:

Ponto de controle	Base legal	Irregularidade detectada
O.S. nº 001/2015 – Prazo de validade dos alimentos estocados.	IN SEC nº 001/2014	Foi verificado que nas escolas Antonio Roberto Feitosa, James Yung, Jardim Camargo, Antenor Honório Pizzol e Vovó Elvira haviam alguns (poucos) alimentos estocados fora do prazo de validade.
O.S. nº 001/2015 – Trajes das funcionárias da cozinha	IN SEC nº 001/2014	Foi verificado que nas escolas Caxixe – Fundamental, Pindobas, Vargem Grande, James Yung, Atílio Pizzol, Antenor Honório Pizzol, Vovó Helena, Vila da Mata e Centro algumas funcionárias portavam adornos como brincos, pulseiras, etc, além disso, algumas não utilizavam calçados fechados e/ou EPI's.
O.S. nº 002/2015 –	IN SPA nº 001/2014	Após confrontar os valores

<p>Conferência dos valores lançados no sistema de patrimônio com os registrados na contabilidade.</p>		<p>constantes nas três filiais do sistema de Patrimônio (Prefeitura, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde) com os valores liquidados na contabilidade referente ao período de 01/01/2015 a 31/05/2015, foi verificada uma diferença de R\$0,05 nos bens referentes à Nota Fiscal nº 1748, emitida pela empresa RFL Comercial Ltda. Foi possível verificar ainda que tal diferença refere-se aos bens 22608, 22609, 22610, 22611, 22612, 22613, 22614, 22615, 22616, 22617, 22618 e 22619.</p>
<p>O.S. nº 002/2015 – Verificar se os bens adquiridos e cadastrados estão devidamente identificados com a etiqueta de tombamento.</p>	<p>IN SPA nº 001/2014</p>	<p>Após inspeção in loco, por amostragem, verificamos que os bens nº 22586 (ônibus escolar rural Mercedes Benz OF1519 R.ROE OYJ – 0885) e nº 22586 (ônibus escolar rural mercedes benz OF 1519 R.ROE OYJ – 0886) não estavam com etiqueta de tombamento conforme determina o artigo 21 da Lei Orgânica Municipal e o artigo 9º, inciso IV, alíneas “b”, “c”, e “e”, da Instrução Normativa do Sistema de Controle Patrimonial – SPA nº 001/2014, versão 2.</p>

4. Proposições

Em face das irregularidades e/ou ilegalidades detectadas, esse órgão central do sistema de controle interno apresentou, para o gestor responsável, as proposições e alertas sintetizados a seguir:

Ponto de controle	Irregularidade/ilegalidade detectada	Proposições/Alertas
<p>OS nº 001/2015 – Prazo de validade dos alimentos estocados.</p>	<p>Foi verificado que nas escolas Antonio Roberto Feitosa, James Yung, Jardim Camargo, Antenor Honório Pizzol e Vovó Elvira haviam alguns (poucos) alimentos estocados fora do prazo de validade.</p>	<p>I – Descartar imediatamente os alimentos que se encontrem nessa situação; II – Orientar as cozinheiras para que não deixem tal fato acontecer; III – Efetuar pedidos em menor quantidade ao almoxarifado.</p>
<p>OS nº 001/2015 – Trajes das funcionárias da cozinha</p>	<p>Foi verificado que nas escolas Caxixe – Fundamental, Pindobas,</p>	<p>I – Solicitar à Secretaria de Administração, Setor de Segurança do Trabalho, a</p>

	Vargem Grande, James Yung, Atilio Pizzol, Antenor Honório Pizzol, Vovó Helena, Vila da Mata e Centro algumas funcionárias portavam adornos como brincos, pulseiras, etc, além disso, algumas não utilizavam calçados fechados e/ou EPI's.	disponibilização dos Equipamentos de Proteção Individual necessários; II – Orientação às funcionárias que atuam na cozinha para que se abstenham de utilizar adornos.
O.S. nº 002/2015 – Conferência dos valores lançados no sistema de patrimônio com os registrados na contabilidade.	Após confrontar os valores constantes nas três filiais do sistema de Patrimônio (Prefeitura, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde) com os valores liquidados na contabilidade referente ao período de 01/01/2015 a 31/05/2015, foi verificada uma diferença de R\$0,05 nos bens referentes à Nota Fiscal nº 1748, emitida pela empresa RFL Comercial Ltda. Foi possível verificar ainda que tal diferença refere-se aos bens 22608, 22609, 22610, 22611, 22612, 22613, 22614, 22615, 22616, 22617, 22618 e 22619.	Buscar junto ao setor de contabilidade e junto à empresa fornecedora do software (E&L) uma forma de regularizar a situação de forma que o valor constante no sistema de Patrimônio seja o mesmo do sistema de Contabilidade.
O.S. nº 002/2015 – Verificar se os bens adquiridos e cadastrados estão devidamente identificados com a etiqueta de tombamento.	Após inspeção in loco, por amostragem, verificamos que os bens nº 22586 (ônibus escolar rural Mercedes Benz OF1519 R.ROE OYJ – 0885) e nº 22586 (ônibus escolar rural Mercedes Benz OF 1519 R.ROE OYJ – 0886) não estavam com etiqueta de tombamento conforme determina o artigo 21 da Lei Orgânica Municipal e o artigo 9º, inciso IV, alíneas “b”, “c”, e “e”, da Instrução Normativa do Sistema de Controle Patrimonial – SPA nº 001/2014, versão 2.	Providenciar as etiquetas de tombamento e afixar nos bens que ainda não possuem o número gravado (inclusive veículos)

Na forma do artigo 74, § 1º combinado com o artigo 75 da Constituição Federal, em face das irregularidades e/ou ilegalidades identificadas, esse órgão central do sistema de controle interno apresentou, para ciência do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, as situações apresentadas a seguir:

Ponto de controle	Irregularidade/ilegalidade detectada	Proposições/Alertas
NIHIL	NIHIL	NIHIL

Obs.: Sem ocorrências.

5. Parecer conclusivo

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do **Sr. Dalton Perim, Prefeito do Município de Venda Nova do Imigrante**, relativa ao **exercício de 2015**, com objetivo de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas na lei de diretrizes orçamentárias e no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado e dos Municípios;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado e dos Municípios;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a prestação de contas sob exame representam **adequadamente**, a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão fiscal do exercício a que se refere.

5.1 Ressalvas:

Sem ressalvas a evidenciar.

Venda Nova do Imigrante – ES, 08 de março de 2016.

Helen Dolores Delpupo Moysés
Controladora Pública Interna